

GISELA SAMPAIO DA CRUZ GUEDES

LUCROS CESSANTES

**DO BOM-SENSE AO POSTULADO
NORMATIVO DA RAZOABILIDADE**

Prefácio:
GUSTAVO TEPEDINO

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

GISELA SAMPAIO DA CRUZ GUEDES

LUCROS CESSANTES

**DO BOM-SENSE AO POSTULADO
NORMATIVO DA RAZOABILIDADE**

Prefácio:
GUSTAVO TEPEDINO

PATRIMÔNIO

BM&A

Biblioteca - RJ

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

À MINHA COLIGAÇÃO DE AMIGOS	7
PREFÁCIO – GUSTAVO TEPEDEINO	13
INTRODUÇÃO	19
1. A leiteira, a bilha de leite e o problema dos lucros cessantes na responsabilidade civil.....	19
2. Proposta de trabalho	31
I. A CONSTRUÇÃO DOGMÁTICA DOS LUCROS CESSANTES.....	35
1. A fragmentação da teoria dos danos: a explosão de danos indenizáveis	35
2. As sequelas da explosão para a responsabilidade civil	43
3. A composição do dano patrimonial: dano emergente e lucro cessante	50
4. Dano emergente vs. lucro cessante: critérios distintivos	58
4.1 Critério temporal: a (equivocada) identificação da figura do lucro cessante com a do dano futuro	58
4.2 Critério econômico: a (equivocada) identificação da figura do lucro cessante com a utilidade da qual o lesado ainda não pode dispor ..	64
4.3 Critério da diferença: a (equivocada) identificação da figura do dano emergente com o resultado entre duas situações reais.....	66
4.4 Critério funcional.....	68
5. A expressão “lucro cessante”.....	71
6. Requisitos do lucro cessante ressarcível.....	74
6.1 A injustiça do dano: o lucro cessante decorrente de ofensa a interesse juridicamente tutelado.....	75
6.2 A imediatidade do dano: o papel do nexo causal na delimitação do lucro cessante	79
6.3 A certeza do dano: a prova do lucro cessante indenizável	86
II. DELIMITAÇÃO PERANTE FIGURAS PRÓXIMAS.....	99
1. Lucros cessantes: delimitação perante figuras próximas.....	99
2. A responsabilidade civil por perda de uma chance	100

2.1	A qualificação problemática da chamada perda de uma chance	105
2.2	As tentativas de sistematização da teoria no Brasil	110
2.3	Perda de uma chance vs. lucro cessante	116
3.	Interesse positivo e negativo	125
3.1	A composição do interesse positivo	142
3.2	A composição do interesse negativo	145
4.	O "dano de privação de uso"	149
5.	Dano moral sofrido por pessoa jurídica	160
6.	Juros moratórios	168
III.	CRITÉRIOS VALORATIVOS	175
1.	Os principais critérios adotados pela jurisprudência nacional na reparação dos lucros cessantes	175
1.1	A experiência pretérita do lesado	177
1.2	A comparação de mercado	181
1.3	A utilização do salário mínimo como critério para a quantificação dos lucros cessantes	183
2.	O lucro da intervenção como critério para a reparação dos lucros cessantes	193
2.1	A dificuldade no enquadramento dogmático do lucro da intervenção	198
2.2	Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa: similitudes na estrutura, diversidade de função	203
2.3	A obrigação de restituir o lucro da intervenção como manifestação de pretensão caráter punitivo	213
2.4	A ratio do art. 210 da Lei 9.279/1996 e sua aplicação	220
3.	Crítica aos critérios consolidados: avaliação estática dos lucros cessantes	227
IV.	AValiação Dinâmica dos Lucros Cessantes	229
1.	A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: reflexos na dicotomia público-privado	229
2.	A incidência do postulado normativo da razoabilidade na reparação dos lucros cessantes	236
3.	A reparação dos lucros cessantes na jurisprudência: a razoabilidade como sinônimo de bom senso	244
4.	Especializações funcionais e significados da razoabilidade: a concretização do postulado em três vertentes	250
5.	Razoabilidade como equidade	261

5.1	O julgador deve investigar o que normalmente acontece.....	270
5.2	O julgador deve observar o aspecto individual do caso concreto ..	279
6.	Razoabilidade como congruência	283
6.1	O julgador deve analisar a correspondência entre o critério de diferenciação escolhido e a medida adotada	285
6.2	O julgador deve avaliar o suporte empírico existente.....	293
7.	Razoabilidade como equivalência	297
7.1	O julgador deve descontar eventuais despesas operacionais e outros gastos que o lesado teria em condições normais.....	302
7.2	O julgador deve descontar eventuais benefícios trazidos pelo evento danoso	308
8.	Principais restrições legais à equivalência.....	317
8.1	Redução da indenização por excessiva desproporção entre a culpa e o dano	318
8.2	Redução equitativa da indenização na responsabilidade dos incapazes.....	325
9.	Avaliação dinâmica dos lucros cessantes: a aplicação das vertentes da razoabilidade a casos concretos.....	327
9.1	Primeiro caso: o atraso na entrega de caminhões	327
9.2	Segundo caso: a promessa de emprego no Japão	330
9.3	Terceiro caso: o acidente no posto de gasolina	337
10.	Por uma reparação integral dos lucros cessantes: do bom senso à razoabilidade	339
	REFLEXÕES FINAIS.....	345
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	359
	ANEXO DE JURISPRUDÊNCIA.....	383